



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 14/12/23

M. Charalho Kumio
Conselheira de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissão Técnicas

Ao Deputado Francisco

Barbosa
para relatar.

Em 14/12/23

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado Estadual Francisco Limma

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	APROVADO À UNANIMIDADE
PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 133 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023	EM 10/12/2023
PROCESSO AL Nº 33933/23	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
	Justiça

RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

AUTOR: DEPUTADO CARLOS AUGUSTO

I - RELATÓRIO E VOTO

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de Decreto Legislativo nº 133 de 05 de dezembro de 2023, de autoria do Senhor Deputado Carlos Augusto, que tem a seguinte ementa: "Dispõe sobre a concessão do título de cidadão honorário Piauiense ao Sr. Paulo Fernando Moura Queiroz."

Paulo Frenando Moura Queiroz, nasceu em 16 de novembro de 1974, na cidade de Presidente Dutra (MA). Bacharel em Segurança Pública pela Universidade Estadual do Maranhão (1997 a 1998). Ingressou na Polícia Militar do Maranhão em fevereiro de 1997, serviu nas unidades do 4º, 6º e 8º Batalhão de Polícia Militar, 1ª USC (Unidade de Segurança Comunitária) atual 40º Batalhão de Polícia Militar onde foi seu primeiro comandante.

Ao longo de sua carreira o Cel. Paulo Fernando Moura Queiroz recebeu algumas condecorações pelo trabalho exemplar, quais sejam: Medalha de Mérito Militar, Medalha Brigadeiro Falcão, Medalha Mérito Operacional, Medalha do Serviço Policial Militar.

Analisando os aspectos constitucionais e legais, observo que a proposição atende aos requisitos do artigo 75 da Constituição do Estado quanto à sua iniciativa, bem como aos requisitos estabelecidos nos artigos 27, V, "g", 96, I, 97, 105 e 106 do Regimento Interno desta Casa quanto à legalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Por todo o exposto e reconhecendo a boa intenção do projeto, minha manifestação é favorável à aprovação do referido projeto.

II - DO PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

() Pelo acatamento do voto do relator () Pela rejeição do voto do relator,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 19 de dezembro de 2023.

Dep. Francisco Limma/PT
Relator

Av. Mal. Castelo Branco, 201 - Cabral - Teresina/PI (86) 3133-3022
E-mail: gab.flimma@gmail.com